

Analistas elogiam rapidez de ação

Executivos de bancos estrangeiros afirmam que foi correta opção de não desvalorizar real

BRASÍLIA — Existe um consenso entre analistas econômicos e representantes de investidores estrangeiros de que o custo político das medidas tomadas pelo governo é menor do que uma desvalorização da moeda. “O governo deve continuar tomando essas medidas e não se deixar levar pela agenda política”, afirma o diretor-executivo-adjunto do Dresdner Kleinwort Benson, João Roberto Teixeira. “Deve usar essa questão econômica para acelerar as reformas no Congresso.”

Como outros executivos do mercado, Teixeira afirma que nenhum investidor gostaria de ver uma maxi-desvalorização do real. “O efeito de uma desvalorização cambial, dada a abertura da economia, seria o pior”, concorda o presidente do banco ING no Brasil, Carlos Craide. “Dos males políticos (e sociais), é o maior”, reforça, ressaltando que não é o que o governo pretende fazer.

O executivo do ING acha que o timing político das medidas tomadas pelo governo para preservar o Plano Real é correto. “Tinha de ser agora: nem cedo demais, nem tarde demais.” Ele avalia que, no quadro político desenhado pelo governo, a aposta é que o Congresso será sensibilizado por tudo o que está acontecendo e votará as reformas. “Acelerando as reformas, é possível pensar em aliviar as medidas da economia em tempo de evitar que o desemprego ocorra perto das eleições.”

Em artigo no boletim *Tendências*, o analista político Sérgio Abranches traça duas trajetórias distintas para o ciclo político-econômico, com a ressalva de que são cenários especulativos pelas dificuldades atuais de se poder ver com clareza um quadro político para 1998. Para Abranches, vive-se hoje talvez o ponto culminan-

te em relação ao cenário político para as eleições do ano que vem. “Os principais determinantes das atitudes políticas são a inflação presente e as expectativas de inflação futura: explicam 70%, por exemplo, da popularidade do governo e da confiança no Real”, diz. A indefinição atual, segundo ele, reside na incerteza a respeito do que acontecerá com o câmbio e com a inflação, por causa do cenário externo.

As duas trajetórias traçadas por Abranches:

1 – o cenário macroeconômico estabiliza (“nossa hipótese mais provável”) com ajuste fiscal e a aprovação das reformas administrativa e da Previdência. A economia sofre um desaquecimento, o desemprego aumenta e a inflação cai. As taxas de juros têm trajetória declinante. A inflação em queda pode melhorar o humor dos consumidores, aumentar a confiança no Real e “neutralizar o pessimismo”. Se o quadro obtiver melhoras, Fernando Henrique poderia ir recuperando apoio à medida que cresça a

confiança no Real. “Se o cenário em setembro e outubro de 1998 for de melhoria macroeconômica, provavelmente o presidente será reeleito no primeiro turno”, diz o analista.

2 – a crise internacional agrava-se e o Brasil é forçado a uma desvalorização forte, determinada pelo mercado. A inflação sobe, as taxas de juros permanecem altas, o nível de atividade cai fortemente,

da mesma forma que o salário real. “Um cenário de estagflação, com perdas de reservas e fuga de capitais.”

Para o analista, no segundo cenário o quadro mudaria radicalmente, mas mesmo assim a opo-

sição seria pouco beneficiada, por não apontar caninhos. Esse quadro de fracasso da estabilização produziria um profundo desencanto no consumidor, que tenderia à abstenção nas eleições. Ausências, mais votos nulos e brancos poderiam chegar a 60%. “As consequências políticas e sociais da desvalorização extemporânea do real fazem, com razão, o governo resistir.” (M.M.)

CONSENSO:
PACOTE TEM
MENOR CUSTO
POLÍTICO